



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 162/12

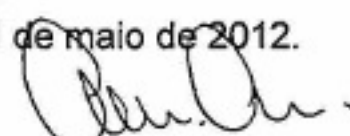
Transfere as Comarcas de Clevelândia, Mangueirinha e Palmas da Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Cascavel para a Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Francisco Beltrão.


Art. 1º Ficam transferidas as Comarcas de Clevelândia, Mangueirinha e Palmas, da Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Cascavel para a Jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Francisco Beltrão, que passa a ter competência com relação aos processos de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios oriundos das três Comarcas mencionadas.

Art. 2º Fica alterado o Anexo VIII da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2012.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 163/12

Cria a 4ª Vara Criminal na
Comarca de Cascavel, alterando a
Lei Estadual nº 14.277, de
30/12/2003.

Art. 1º Fica criada a 4ª Vara Criminal na Comarca de Cascavel, entrância final, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

Art. 2º Fica alterado o inciso I do art. 256 da Lei referida no art. 1º, que passa a vigorar acrescido da alínea c, com a seguinte redação:

"Art. 256. (...).
(...)
I – na Comarca de Cascavel:
a)(...)
b)(...)
c)a 4ª Vara Criminal"

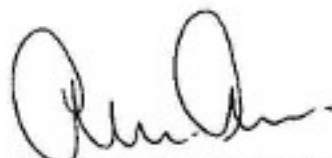
Art. 3º Fica criado 1 (um) cargo de Juiz de Direito para a Comarca de Cascavel, de entrância final.

Art. 4º Ficam alterados os Anexos IV, V, e IX Tabela 1 da Lei referida no art. 1º.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2012.



ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 170/12

Altera o § 4º do art. 1º da Lei nº 17.038, de 21/12/2011.

Art. 1º O § 4º, do art. 1º, da Lei nº 17.038, de 21 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação.

“§ 4º Fica a Prefeitura Municipal de Rio Azul autorizada a doar à Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, a área de terra com 47.725,57 m² (quarenta e sete mil e setecentos e vinte e cinco metros quadrados e cinquenta e sete centímetros quadrados), contida em área maior, sob matrícula nº 11.239, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rebouças – Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2012.

ALEXANDRE CURI
Presidente

Relator



Gabinete do Governador

~~ACPE~~ PROJETO DE LEI N.º 206/2012

Súmula: Concede o Índice Geral de 5.1% nas tabelas de vencimento básico de todas as carreiras estatutárias civis e militar do Poder Executivo do Estado do Paraná.

Art. 1.º Fica concedido o índice geral de 5,1 % (cinco vírgula um por cento) na referência inicial de vencimento básico das tabelas do pessoal civil do Poder Executivo do Estado do Paraná, com o consequente reflexo nos intervalos e interclasses, respeitada a amplitude salarial e a dinâmica intercargos, para atendimento ao disposto no inciso X do Artigo n.º 27 da Constituição Estadual.

Parágrafo único: A aplicação do índice referido no caput é a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, relativo ao período acumulado do mês de maio de 2011 a abril de 2012.

Art. 2.º O disposto nesta Lei aplica-se aos inativos e geradores de pensão das carreiras civis do Poder Executivo, inclusive aos proventos decorrentes de aposentadorias de servidores alcançados pela Emenda Constitucional Federal n.º 41/2003, mesmo que não tenham o direito à paridade.

Art. 3.º O aumento percentual de 5,1 % (cinco vírgula um por cento) abrange os servidores ativos integrantes das Carreiras de Advogado, Auditor Fiscal – CRE, com exceção das quotas, Procurador, Carreira de Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia e Carreira Técnico-Científica do Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR, Carreira Docente e Técnica Universitária das Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES, Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, Quadro Próprio do Magistério – QPM, Quadro Único de Pessoal – QUP, Quadro dos Funcionários da Educação Básica – QFEB, Agente de Assistência e Extensão – EMATER e Quadro Próprio do Instituto EMATER – QPEM, os Contratos de Regime Especial – CRES, PARANAEDUCAÇÃO, Convênios com APAE'S, o vencimento básico e os encargos especiais dos Cargos de Provimento em Comissão, as Gratificações do QPPE e a Gratificação de Saúde das IEES.

Art. 4.º O disposto nesta Lei não se aplica às carreiras da Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Científica, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Entes de Cooperação Econômica, funções e cargos acadêmicos e demais vantagens não previstas nesta Lei.



Art. 5.º A aplicação do índice fixado no artigo 1.º e a implementação em folha de pagamento será no mês de maio de 2012.

Art. 6.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de maio de 2012, 191.º da Independência e 124.º da República.



CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado



Gabinete do Governador

MENSAGEM N.º 25/12

Curitiba, 10 de maio de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que concede o Índice Geral de 5.1% nas tabelas de vencimento básico de todas as carreiras estatutárias civis e militar do Poder Executivo do Estado do Paraná.

A justificativa do encaminhamento ao presente Anteprojeto de Lei é a observância do disposto no inciso X do artigo 27 da Constituição Estadual e na esteira do que determina a Lei n.º 15.512, de 31 de maio de 2007, que instituiu a data de 1.º de maio para a revisão geral, bem como para atendimento ao que reza os artigos 16 e 17 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, quanto ao atendimento dos limites da despesa versus receita.

Serão abrangidos servidores da Carreira de Advogado, Auditor Fiscal – CRE, Procurador, Carreira de Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia e Carreira Técnico-Científica do Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR, Carreira Docente e Técnica Universitária das Instituições de Ensino Superior – IEES, Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, Quadro Próprio do Magistério – QPM, Quadro Único de Pessoal – QUP, Quadro dos Funcionários da Educação Básica – QFEB, Agente de Assistência e Extensão – EMATER e Quadro Próprio do Instituto EMATER – QPEM.

Também estão contemplados os Contratos de Regime Especial – CRES, PARANAEDUCAÇÃO, Convênios com APAE'S, os Cargos de Provimento em Comissão e as Gratificações do QPPE e Gratificação de Saúde das IEES.

O custo mensal da folha de pagamento do Poder Executivo, no mês de março de 2012, é de aproximadamente R\$ 910.000.000,00 (novecentos e dez milhões), incluído o Auxílio Transporte dos professores e Contratos de Regime Especial – CRE's.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

lhph/11.511.523-5

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora do Salette, s/n.º | Centro Cívico | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: (41) 3350-2800 | Fax: (41) 3252-2381 | 3254-7345 | 3254-4299 | www.pr.gov.br



A aplicação do índice de 5,1% (cinco vírgula um por cento) importará em uma estimativa de custo mensal da ordem de R\$ 38,6 (trinta e oito milhões e seiscentos mil) alcançando, aproximadamente, 218 mil servidores ativos, inativos e geradores de pensão.

O aumento de despesa, decorrente da implantação da revisão geral, consta da previsão de despesa de pessoal do Poder Executivo.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

H.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 14 MAIO 2012
[Signature]
1º Secretário

Palácio Iguaçu – Curitiba, 10 de maio de 2012
OF CEE/G 119/12

I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.
Em 10/05/2012
[Signature]
Presidente

○

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem relativa ao Anteprojeto de Lei que concede o Índice Geral de 5.1% nas tabelas de vencimento básico de todas as carreiras estatutárias civis e militar do Poder Executivo do Estado do Paraná.

Atenciosamente,

[Signature]
CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JLI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 205/12

Projeto de Lei nº. 205/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 025/12

Súmula: Concede o índice geral de 5,1%, nas tabelas de vencimento básico de todas as carreiras estatutárias civis e militar do Poder Executivo do Estado do Paraná.

EMENTA: CONCEDE ÍNDICE GERAL DE 5,1%. VENCIMENTO BÁSICO DAS CARREIRAS ESTATUTÁRIAS CIVIS E MILITAR. PODER EXECUTIVO. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. ART. 61 DA CF. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo dispõe sobre a concessão de índice geral de 5,1% nas tabelas de vencimento básico de todas as carreiras estatutárias civis e militar do Poder Executivo do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a Iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A Iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único: Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a Iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a Iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A Iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral
de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos
previstos nesta Constituição.

Com relação ao regime jurídico dos servidores do Poder
Executivo, bem como aumento das suas remunerações, temos a
competência do Governador do Estado para legislar sobre tal matéria,
senão vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são
de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis
que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na
administração direta e autárquica do Poder Executivo
ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime
jurídico, provimento de cargos, estabilidade e
aposentadoria, reforma e transferência de policiais
militares para a reserva;

Seguindo, a CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, em
seu artigo 87, reforça a competência privativa do governador para dispor
sobre a administração estadual, senão vejamos:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:
(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da
Administração estadual, na forma da lei;
(...)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Por analogia, temos no **art. 61, § 1º, II, c**, a iniciativa do Governador do Estado para legislar sobre os servidores do Poder Executivo, vejamos:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2012.


DEPUTADO CAIO QUINTANA
Presidente


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
Relator












*ORIGINAL no PL

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ



req.01

REQUERIMENTO

DESPACHO

I - RECEBIDO
II - PROTOCOLA-SE
III - DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL EM 24H INCLUIR
NA SESSÃO PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO
IV - AO DAP PARA PROVIDÊNCIAS
SALA DAS SESSÕES DATA 15 MAIO 2012

PRESIDENTE

Requer a Transformação das Sessões Plenárias, ordinárias e extraordinárias do dia 22 de maio, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para votação dos Projetos de Lei nº 205/12 e 216/12.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **requer**, com fundamento no art. 107 do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o Douto Plenário, diminuição de interstício e transformação das Sessões Plenárias, Ordinárias e Extraordinárias de 22 de maio, em Comissão Geral de Plenário, para discussão e votação do Projeto de Lei 205/12 (oriundo da Mensagem Governamental 025/12) e do Projeto de Lei 216/12 (Comissão Executiva da ALEP) e suas emendas.

Sala das Sessões em, 14 de maio de 2012

10 - LOPES
11 - LOPES
12 - LOPES
13 - LOPES
14 - LOPES
15 - LOPES
16 - LOPES
17 - LOPES
18 - LOPES
19 - LOPES
20 - LOPES
21 - LOPES
22 - LOPES
23 - LOPES
24 - LOPES
25 - LOPES
26 - LOPES
27 - LOPES
28 - LOPES
29 - LOPES
30 - LOPES
31 - LOPES
32 - LOPES
33 - LOPES
34 - LOPES
35 - LOPES
36 - LOPES
37 - LOPES
38 - LOPES
39 - LOPES
40 - LOPES
41 - LOPES
42 - LOPES
43 - LOPES
44 - LOPES
45 - LOPES
46 - LOPES
47 - LOPES
48 - LOPES
49 - LOPES
50 - LOPES
51 - LOPES
52 - LOPES
53 - LOPES
54 - LOPES
55 - LOPES
56 - LOPES
57 - LOPES
58 - LOPES
59 - LOPES
60 - LOPES
61 - LOPES
62 - LOPES
63 - LOPES
64 - LOPES
65 - LOPES
66 - LOPES
67 - LOPES
68 - LOPES
69 - LOPES
70 - LOPES
71 - LOPES
72 - LOPES
73 - LOPES
74 - LOPES
75 - LOPES
76 - LOPES
77 - LOPES
78 - LOPES
79 - LOPES
80 - LOPES
81 - LOPES
82 - LOPES
83 - LOPES
84 - LOPES
85 - LOPES
86 - LOPES
87 - LOPES
88 - LOPES
89 - LOPES
90 - LOPES
91 - LOPES
92 - LOPES
93 - LOPES
94 - LOPES
95 - LOPES
96 - LOPES
97 - LOPES
98 - LOPES
99 - LOPES
100 - LOPES



EMENDA DE 'CALENÁRIO 01 - DAP. 22/05/12
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Deputado Ademar Traiano

EXTRAI

EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 205/12

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, a qual altera a redação da súmula e do art. 3º do Projeto de Lei nº 205/2012:

Art. 1º. A súmula do Projeto de Lei nº 205/2012 passa a contar com a seguinte redação:

Súmula: Concede o Índice Geral de 5,1% nas tabelas de vencimento básico de todas as carreiras estatutárias civis do Poder Executivo do Estado do Paraná.

Art. 2º. O art. 3º do Projeto de Lei nº 205/2012 passa a contar com a seguinte redação:

Art. 3º O aumento percentual de 5,1 % (cinco vírgula um por cento) abrange os servidores ativos integrantes das Carreiras de Advogado, Auditor Fiscal – CRE, Procurador, Carreira de Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia e Carreira Técnico-Científica do Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR, Carreira Docente e Técnica Universitária das Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES, Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, Quadro Próprio do Magistério – QPM, Quadro Único de Pessoal – QUP, Quadro dos Funcionários da Educação Básica – QFEB, Agente de Assistência e Extensão – EMATER e Quadro Próprio do Instituto EMATER – QPEM, os Contratos de Regime Especial – CRES, PARANAEDUCAÇÃO, Convênios com APAE'S, o vencimento básico e os encargos especiais dos Cargos de Provimento em Comissão, as Gratificações do QPPE e a Gratificação de Saúde das IEES.

Sala das Sessões, 22 de maio de 2012.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
Líder do Governo

Prça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

17104 22/05/2012 08:31:25 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ